

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	10
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	14

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	15
10.2 - Resultado operacional e financeiro	27
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	30
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	33
10.5 - Políticas contábeis críticas	34
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	36
10.8 - Plano de Negócios	37
10.9 - Outros fatores com influência relevante	39

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada, aprovada inicialmente pelo seu Conselho de Administração em 2016 e com última atualização em 29/04/2022.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos Externos - São os riscos decorrentes de perdas e mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil, ou riscos de mercado, como pressão por alteração nos preços e custos de insumos.

Riscos de Compliance (Legal ou Regulatório) - Eventos derivados de falhas no cumprimento de aplicação de leis, acordos, regulamentos e das políticas da Companhia. Ou ainda alterações legislativas ou normativas não previstas e que podem comprometer as atividades da Companhia.

Riscos Operacionais - São os riscos geralmente isolados em um departamento ou processo, mas que podem impactar a operação da empresa, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.

Riscos de Imagem - Eventos que podem comprometer a confiança das partes interessadas em relação à capacidade da Companhia em cumprir com seus compromissos, princípios, conceitos e valores, e de atuar com ética, integridade e transparência.

Riscos Financeiros - Eventos que podem comprometer a capacidade da Companhia de contar com os recursos financeiros necessários à realização de suas atividades e gestão do fluxo de caixa, além de riscos relacionados à concessão de garantias aos seus negócios, tornando-se solidária a pagamentos que não estão previstos no seu fluxo de caixa. Adicionalmente, riscos associados à não contabilização ou registro de forma íntegra, transparente e eficiente das transações da Companhia.

Riscos Estratégicos - Eventos decorrentes da tomada de decisão da alta administração e que podem gerar perda substancial no valor econômico da empresa. Normalmente, são associados à continuidade do negócio, mercado, competidores, investimentos, sucessão e inovação tecnológica.

Riscos de Tecnologia - São riscos ocasionados pela deficiência de controles tecnológicos, descontinuação ou obsolescência de tecnologias, Cyber Security, dentre outros.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Para proteção contra os riscos, a Companhia conta com atividades de controle, sendo que estes compreendem políticas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos, definidos para minimizar seus riscos estejam sendo observados nas atividades executadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Além disso, a Companhia possui uma equipe de auditoria interna, que elabora e atualiza o seu plano anual de auditoria com foco nos riscos identificados que possuem maior relevância e exposição, realizando auditorias de Compliance, externa e interna, de processos de negócio e demandas especiais (crises, investigação, opinião independente, conforto e como *advisor*). Por fim, a Companhia possui o chamado “Programa de *Compliance*”, que atua continuamente, monitorando e tratando os riscos de *compliance* à legislação vigente e políticas internas da ATMA aplicáveis à Companhia com o objetivo principal de disseminar a cultura de conformidade, ética e transparência entre os colaboradores de todos os níveis da Companhia a fim de reduzir seus riscos e fortalecer a sua governança.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em relação à estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, a Companhia conta com a seguinte estrutura:

Conselho de Administração:

- (i) Aprovar o apetite de risco para a Companhia em função da relação “risco x retorno” apresentado pela Alta Direção; e
- (ii) Deliberar sobre os limites aceitáveis de exposição dos riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria:

- (i) Assessorar o Conselho de Administração nas questões relacionadas à auditoria interna e externa, aos mecanismos e controles de gestão de riscos;
- (ii) Definir estratégias e políticas voltadas a controles internos e conformidade com as normas aplicáveis em assuntos relacionados aos temas de sua competência; e
- (iii) Sempre que julgar necessário, propor alterações na Política de Gestão de Riscos e submetê-las ao Conselho de Administração.

Alta Direção:

- (i) Gerir os riscos da Companhia e de suas controladas;
- (ii) Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (iii) Sempre que julgar necessário, propor revisões na Política de Gestão de Riscos e submetê-las ao Conselho de Administração;
- (iv) Conscientizar os colaboradores sobre a importância da gestão de riscos; e
- (v) Aprovar normas específicas com base na presente Política, nas deliberações e orientações do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria.

Gestão de Risco:

- (i) Realizar o Risk Assessment para identificar os riscos a que a Companhia e suas controladas estão expostas;
- (ii) Discutir e acompanhar as recomendações propostas pelos Donos dos Riscos para minimizar os riscos da Companhia de acordo com a estratégia e objetivos definidos; e
- (iii) Monitorar a implementação dos planos de ação para tratar os riscos não mitigados e testá-los quando implementados.

Auditoria Interna:

- (i) Executar o plano de auditoria com base nos riscos relevantes mapeados no Risk Assessment;
- (ii) Reportar os pontos de ações e falhas de controles e processos para o Comitê de Auditoria; e
- (iii) Monitorar a implementação dos planos de ação dos riscos relevantes para tratar os riscos não mitigados e testá-los quando implementados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**Donos dos Riscos:**

- (i) Gerenciar os riscos inerentes às suas atividades, identificando-os, avaliando-os e tratando-os, com o intuito de assegurar a geração de valor para os acionistas e demais partes interessadas;
- (ii) Avaliar anualmente o desempenho e resultados dos riscos e controles sob sua gestão; e
- (iii) Comunicar à Auditoria Interna novos riscos identificados e qualquer alteração em seu processo de negócio.

Compliance:

- (i) Realizar o Risk Assessment anualmente ou quando julgar necessário conforme identificação de necessidade de averiguação de novos riscos os quais a ATMA e suas controladas estejam expostas; e
- (ii) Responsável por aprovar o Código de Ética e Conduta, providenciar sua divulgação, esclarecer dúvidas sobre seu conteúdo e analisar as infrações cometidas por colaboradores, que constituem violação do Compliance ao Código de Ética e Conduta.

Segurança da Informação:

- (i) Identificar, analisar e tratar os riscos de Segurança da Informação e;
- (ii) Implementar e manter o sistema gestor de segurança da informação de acordo com as necessidades da empresa, leis, regulamentos, contratos locais e internacionais.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A política de gestão de riscos abaixo descrita (“Política”), integra um conjunto de normas próprias da Companhia, sendo aplicável a esta a sua integralidade. A referida Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07 de abril de 2016, e atualizada em 13 de abril de 2017.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos decorrentes da variação das taxas de juros, dentre outros riscos relacionados ao seu mercado de atuação. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção estão detalhados no item 4.2 deste formulário de referência.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Atualmente, a Companhia não possui qualquer instrumento contratado objetivando a proteção patrimonial.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não aplicável.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

- **Riscos político-econômicos:** Acompanhamento contínuo pela Diretoria Jurídica, bem como pelas áreas de negócio da Companhia, das matérias legislativas que envolvam os segmentos operacionais da ATMA bem como as matérias relacionadas aos setores dos principais *stakeholders* da Companhia.
- **Riscos de taxas de juros:** A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo BACEN, divulgado em 31 de dezembro de 2021:

Controladora						
31/12/2021						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Empréstimos	(14.900)	Aumento CDI	2,85%	(15.325)	(15.430)	(15.538)
Debêntures	(93.906)	Aumento CDI	2,85%	(96.582)	(97.251)	(97.920)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(3.101)	(3.875)	(4.652)
Consolidado						
31/12/2021						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	26.908	Queda CDI	2,85%	27.675	27.867	28.058
Empréstimos	(54.780)	Aumento CDI	2,85%	(56.341)	(56.732)	(57.122)
Debêntures	(131.875)	Aumento CDI	2,85%	(135.663)	(136.573)	(137.513)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(4.553)	(5.691)	(6.829)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- **Riscos de liquidez:** A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo. A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e nos dois exercícios sociais anteriores, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (hedge) ou de caráter especulativo.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia está descrita no item 5.1 deste formulário de referência.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração realiza a avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade no ambiente de controles internos. O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. A administração entende que a forma de gestão de riscos e melhorias de controles internos tem sido eficiente nos últimos anos. Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

A Companhia revisita periodicamente seus processos internos, a fim de melhorar a eficiência dos controles contábeis, contribuindo para a maior segurança nas aprovações de compras e despesas, bem como do registro contábil dentro do período de competência.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras – conta com a área de Controladoria, a que subordina, para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A área de Auditoria Interna é responsável pela revisão dos controles, testando a aderência das políticas e controles internos da Companhia, bem como pela avaliação de riscos e execução do plano anual de auditoria, incluindo os aspectos relacionados à preparação das demonstrações financeiras.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui as responsabilidades pela supervisão da eficiência dos controles internos estabelecidas na política de gestão de riscos (“Política”), conforme as definições abaixo:

- **Gestor de Controladoria:** responsável por identificar e corrigir eventuais falhas ou pontos de melhoria nos processos, que são identificadas internamente pela própria área, ou conforme apontado pelas Auditorias Interna e Externa;
- **Gestor de Auditoria Interna:** responsável por identificar os riscos a que a empresa está exposta e desenvolver trabalhos de auditoria interna, com foco em mapear e reportar os *gaps* de controles junto às diretorias responsáveis, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia a determinados riscos. Para cada controle ineficaz existe um plano de ação com prazo e responsável, bem como um processo eficaz de *follow up* com reporte à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria, com o objetivo de priorizar as implementações dos planos acordados, mitigando a exposição dos riscos identificados; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- **Comitê de Auditoria:** responsável por assessorar o Conselho de Administração da Companhia nas questões relacionadas à auditoria interna e externa, mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos, estratégias e políticas voltadas a controles internos e conformidade com as normas aplicáveis em assuntos relacionados aos temas de sua competência nas sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia;

Adicionalmente, a ATMA utiliza os princípios do *IIA (The Institute of Internal Auditors)* de três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles, conforme segue:

- A 1ª Linha de Defesa é a área de negócio, responsável por identificar, mensurar, avaliar e mitigar os riscos de seu negócio. Cada unidade de negócio tem riscos operacionais inerentes e é responsável por manter controles internos eficientes e implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- A 2ª Linha de Defesa inclui funções de gerenciamento de risco e conformidade, exercida pela Controladoria em conjunto com as áreas de negócios para garantir que a 1ª linha de defesa tenha identificado, avaliado e reportado corretamente os riscos do seu negócio; e
- A 3ª Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna, que revisa de modo sistemático e eficiente às atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras (relatório circunstanciado), foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Não obstante, como resultado desse relatório, foram apresentadas à Companhia as deficiências de controle, dentre as quais destacamos as principais:

- Ausência de política sobre a Prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - Resolução Nº 1.530, de 22 de setembro de 2017
- Ausência de política de lançamentos manuais formalizadas
- Ausência de 100% de conciliação das contas contábeis
- Ausência de solicitação e aprovação de transações com partes relacionadas
- Ausência de cálculo de juros e recolhimento de IOF sobre operação com partes relacionadas
- Ausência de atualização monetária de depósitos judiciais
- Ausência de amortização linear da carteira de clientes
- Ausência de abertura de nota explicativa de partes relacionadas ativa
- Ausência de atualização monetária dos dividendos a pagar
- Ausência de conciliação bancária efetiva
- Ausência de formalização da política de PECLD
- Divergência na depreciação incorrida e uso de taxa fiscal
- Divergência no cálculo do CPC 06 (R2) – IFRS 16
- Ausência de parametrização sistêmica

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme destacado no item “d” acima, a Administração avaliou as recomendações apontadas no relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes da Companhia, e iniciou estudos, elaborou planos de ação e medidas corretivas para todos os itens aplicáveis. Todas as medidas e planos de ação relevantes encontram-se em andamento e, em alguns casos, os possíveis efeitos apontados pelos auditores independentes, na opinião da administração, não se materializariam em função do desenho do próprio sistema de controle.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

A Companhia está comprometida com a promoção da conduta ética em conformidade com ordenamento jurídico vigente e com os princípios e valores assumidos em seu Código de Ética e Conduta, que reúne comportamentos e atitudes que acredita serem indispensáveis ao comportamento humano, a seus valores e à maneira que atua, reforçando a exigência de uma postura ética e íntegra, de todos os seus públicos de contato.

Adicionalmente, a Companhia possui Política de Anticorrupção e Integridade, que deve ser interpretada e cumprida em conjunto com o seu Código de Ética e Conduta, e descreve e explica as proibições contra suborno e corrupção e outras fraudes em todas as suas operações, destacando os requisitos de *Compliance* específicos relacionados a essas proibições e reforçando o seu compromisso em conduzir seus negócios com os mais altos padrões de honestidade e integridade. Ambos os documentos são aplicáveis a todos os colaboradores, administradores, parceiros ou qualquer terceiro que se relacione ou atue em nome da ATMA Participações S.A. e suas controladas.

A Companhia cumpre toda a legislação a que estiver obrigada pelos negócios e atividades que pratica, inclusive legislação internacional ou transnacional quando lhe for aplicável, em decorrência de contratos comerciais que vier a firmar.

Dentre os mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, destaca-se o programa de treinamento anticorrupção periódico para seus colaboradores, além do recorrente trabalho de conscientização de que a Cultura Organizacional da Companhia não tolera a prática de qualquer ato de descumprimento à legislação, com destaque a atos de corrupção. A Companhia também realiza controle de cumprimento do Código de Ética e Conduta e da Política de Anticorrupção e Integridade com o uso de ferramentas internas, com destaque às informações provenientes do Canal Direto e auditorias.

A Companhia possui canal de denúncia, denominado Canal Direto, e segue as melhores práticas de governança corporativa, garantindo à independência, o sigilo, a segurança e o total anonimato ao denunciante a partir da preservação da confidencialidade das informações. O Canal Direto permite uma comunicação isenta e ética com os colaboradores, fornecedores, clientes e parceiros.

O Código de Ética e Conduta teve sua última revisão aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de maio de 2022. A Política de Anticorrupção e Integridade da Companhia foi revisada em 27 de maio de 2022. Ambos estão disponíveis para consulta na rede mundial de computadores, na página da Companhia (www.liq.com.br).

Nos processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, a Companhia adota procedimentos de due diligence, a fim de investigar, diagnosticar, analisar e mensurar as principais oportunidades, vulnerabilidades e riscos presentes na operação.

As políticas, procedimentos e mecanismos adotados pela Companhia para promoção da conduta ética, prevenção, identificação e correção de desvios, de quaisquer atos em desacordo com o ordenamento jurídico vigente e com os princípios e valores assumidos estão em constante revisão e aprimoramento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados de operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades, por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

Ademais, a Companhia conta com Comitê de Auditoria, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, instituído na forma da ICVM 308/99, que monitora os trabalhos de auditoria e os principais riscos da Companhia. A Companhia entende que a atual Política de Gerenciamento de Riscos, bem como a atuação do comitê de assessoramento ao conselho de administração contribuem de forma positiva com gerenciamento dos riscos pela Companhia.

Comparando o último exercício social ao exercício atual, a Administração entende que os principais riscos aos quais a Companhia está exposta foram mantidos e o Risco Cibernético foi agravado, conforme explicado abaixo.

Os riscos mantidos foram:

Reputação da marca junto ao mercado

A imagem e as atividades da Companhia podem ser afetadas de forma negativa junto aos clientes e aos *stakeholders*, comprometendo a sua atratividade, impactando o resultado de suas operações e a sua condição econômico-financeira nas seguintes situações exemplificativas: utilização indevida de informações confidenciais/sensíveis oriundas dos negócios por parte empregados e/ou terceiros; impossibilidade de garantir que os seus fornecedores estejam exercendo as suas atividades de forma regular; e descumprimento da Política Anticorrupção, seja por parte da Companhia, seja por parte de seus clientes e fornecedores e etc.

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. A Companhia possui políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o exato e fiel cumprimento dessa legislação, incluindo um Programa de *Compliance* cuidadosamente elaborado. Não obstante, ainda que fundamentais para gerenciamento de riscos e minimização de danos, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, acionistas, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotaram ou não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação ou outras consequências legais que, ao final, podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição econômico-financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Perda do volume de clientes

A Companhia concentra os esforços de qualidade e atendimento, de forma estratégica, às expectativas dos clientes na formação de relacionamentos e fidelização de longo prazo com grandes empresas em determinados setores. Consequentemente, ela depende de um número limitado de clientes responsáveis por uma parcela significativa de sua receita.

A perda de clientes-chave, o inadimplemento ou a não conservação de uma parcela significativa de negócios com os clientes-chave poderão exercer um efeito negativo sobre a receita total da Companhia.

Risco de refinanciamento

Em um cenário de deterioração dos indicadores financeiros e/ou no caso da diminuição da oferta de crédito, influenciado pelas condições políticas, econômicas e de mercado do Brasil e/ou do desempenho das operações, a capacidade da Companhia em obter qualquer financiamento futuro necessário para capital de giro, dispêndios de capital e/ou pagamentos de principal e juros sobre o endividamento poderá ser limitada, o que poderá resultar em reduções e/ou deterioração de seu desempenho econômico.

Impacto das contingências de processos judiciais, arbitrais ou administrativos no Fluxo de Caixa

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, envolvendo questões legais e regulatórias incluindo, mas não se limitando, a processos trabalhistas, tributários, cíveis, societários e ações civis públicas. Não há garantias de que as provisões serão suficientes para fazer face ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. A Companhia está sujeita a possíveis processos administrativos e/ou judiciais movidos pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros órgãos.

Decisões desfavoráveis à Companhia em qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo poderá ter um efeito negativo relevante sobre os seus resultados. Além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria nessas causas, a Companhia poderá sofrer bloqueios financeiros ou ser obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderá afetar adversamente sua capacidade financeira.

Para mitigar este risco, a empresa tem um processo estruturado de cálculo e atualização de suas provisões para contingências de processos judiciais, arbitrais ou administrativos baseado em pareceres de bancas de advogados renomados no mercado e análises históricas.

Desgaste na relação fornecedor x ATMA

A Companhia depende de contratações e de capacidade de manter acordos e relações saudáveis e de confiança com fornecedores e parceiros, com qualidade para obter êxito nos negócios. Eventuais atrasos ou suspensão de pagamento de fornecedores podem impactar as relações em mercado, em especial por se tratar de uma companhia de capital aberto. Como resultado de eventuais desgastes com atuais e possíveis fornecedores, minimiza-se o poder de negociação, comprometendo a capacidade de obter crédito, levando a Companhia a pagar juros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

e multas, por exemplo, para além de impossibilitar novas compras, o que limita o rol de fornecedores, e pode ocasionar eventuais suspensões de contratos, comprometendo a atuação qualitativa no processo de suprimentos. Nesse contexto, prejudica-se a capacidade da Companhia em honrar e cumprir seus próprios prazos e obrigações contratuais.

Para mitigar riscos na cadeia de fornecimento, foram estabelecidas políticas e procedimentos específicos, com o intuito de prevenir ações antiéticas, fraudes e irregularidades, que venham a gerar uma imagem distorcida da Companhia perante o mercado.

Obsolescência tecnológica

Os negócios da Companhia dependem da capacidade, disponibilidade e confiabilidade de seus servidores, computadores, equipamentos de telecomunicações e de rede, programas, processos e procedimentos de informática. O crescimento contínuo e a lucratividade da Companhia dependem, dentre outros fatores, da introdução de novos serviços que efetivamente tirem proveito e respondam à evolução tecnológica.

A obsolescência da capacidade tecnológica ou a incapacidade de reagir adequadamente às mudanças tecnológicas e de hábito dos clientes da Companhia, caso ocorram, podem afetar negativamente sua competitividade.

Como forma de mitigar riscos de obsolescência tecnológica, a Companhia é controladora da Solvian, companhia 100% dedicada à transformação tecnológica em todas as linhas de negócio da ATMA, assim como firmou parceria estratégica tecnológica com a Google, a fim de utilizar em suas atividades as ferramentas mais atuais disponíveis no mercado.

Não reter profissionais chaves

A capacidade da Companhia em manter posição competitiva depende dos serviços de sua alta administração. Embora a Companhia possua planos de retenção e desenvolvimento com alguns de seus gestores e colaboradores qualificados, não pode garantir que obterá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua alta administração. Dessa forma, a saída de membros-chave da administração da Companhia poderá causar um efeito adverso relevante em seus negócios.

Como as atividades da Companhia envolvem mão de obra intensiva, a capacidade de atrair, contratar, treinar e reter pessoal qualificado é fundamental para o contínuo crescimento dos negócios. A Companhia poderá enfrentar dificuldades para contratar ou manter pessoal com as qualificações necessárias para atender adequadamente seus clientes. Na hipótese de a Companhia não conseguir recrutar, motivar e reter pessoal qualificado, a qualidade de seus serviços poderá ser afetada, com possíveis efeitos adversos nos resultados operacionais e financeiros.

Interrupção da prestação de serviços

A interrupção da prestação de serviços por diversos motivos tais como greves, interdições, falhas de provedores de serviços, interrupções por segurança da informação, podem afetar os níveis de serviços acordados nos contratos com os clientes.

A Companhia está exposta a diferentes tipos de penalidades monetárias em decorrência de descumprimentos de obrigações contratuais com clientes, em especial com base

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

em níveis determinados de serviços. Eventuais violações poderão sujeitar a Companhia ao pagamento de penalidades monetárias ou indenizações que poderão, eventualmente, afetar adversamente seus resultados.

O risco agravado foi:

Risco cibernético

O negócio de *contact center* implica no acesso a informações confidenciais e sensíveis dos clientes da Companhia, que pode ser eventualmente atacada e/ou responsabilizada por atividades fraudulentas, apropriação indevida de tais informações e violação dos seus sistemas de segurança físicos ou de rede, seja por parte de seus empregados, terceiros ou até mesmo criminosos.

Como consequência, a Companhia pode se ver exposta a obrigações de indenização, processos judiciais ou administrativos onerosos e interrupção de sua prestação de serviços para conter ataques cibernéticos, por exemplo, podendo haver impacto adverso relevante em nossas atividades e imagem.

Embora tenhamos investido na atualização dos programas de prevenção, os recentes ataques cibernéticos ocorridos no mercado brasileiro, em especial, em clientes e concorrentes da Companhia, nos leva a concluir que o risco cibernético é atualmente maior do que nos anos anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes para este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1- Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A ATMA Participações S.A., nova denominação da Liq Participações S.A. (“Companhia” ou “ATMA”) tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior.

Em 14 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia recebeu do Fundo de Investimentos em Participações Nilai – Multiestratégia (“FIP Nilai”) uma proposta para a integração dos negócios da Companhia com a ETS Participações e Investimentos S.A. (“ETS”).

No âmbito da Proposta de Integração, foi estabelecido um aumento do capital social na Companhia, no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a subscrição particular pelo FIP Nilai de 20.644.095 (vinte milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 12,11 (doze reais e onze centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a serem integralizadas à vista, mediante o aporte da totalidade das ações de emissão da ETS detidas pelo FIP Nilai (“Aumento de Capital”). O Preço de emissão foi fixado com fundamento no artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei 6.404/76, com base no preço médio ponderado por volume das ações da ATMA no mercado nos 30 (trinta) pregões anteriores ao dia 11 de outubro de 2019 (inclusive).

O Compromisso do FIP Nilai e a eficácia do Aumento de Capital ficaram condicionados, nos termos do artigo 126 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (i) à previa emissão de novas debêntures que contemplassem novas condições para a dívida financeira da Companhia e (ii) à aprovação da integração de negócios pelas autoridades de defesa da concorrência, nos termos previstos na Proposta de Integração (“Condições Suspensivas de Eficácia”).

Em 05/11/2019 a Companhia obteve a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), conforme do Ato de Concentração nº 08700.004857/2019-31, permitindo a integração de negócios entre a Companhia e a ETS.

Em 08/11/2019 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$250.000.000,00, mediante o aporte pelo FIP Nilai da totalidade das ações de emissão da ETS. A eficácia do aumento de capital permanecia na dependência da renegociação da dívida financeira da Companhia.

Em 30/12/2019 a Companhia protocolou seu Plano de Recuperação Extrajudicial para Reestruturação de seu Endividamento Financeiro. Na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva de emissão de novas debêntures pela Companhia no âmbito da renegociação de sua dívida, com efeitos a partir de 06/01/2020.

Em 06/01/2020 foi efetivada a integração dos negócios da ETS na Companhia através de aumento de capital no montante de R\$ 250.000.000,00, com a emissão de 20.644.095 novas ações ordinárias. A partir desta data a Companhia passou a exercer o controle das operações da ETS e de suas controladas.

Em assembleia extraordinária de acionistas, realizada em 09/03/2020, foi aprovada a alteração da razão social da LIQ Participações S.A. para ATMA Participações S.A., passando a vigorar a partir de 20/03/2020.

A união dessas operações gerou valor para os acionistas por conta das sinergias operacionais e comerciais e proporcionou uma diversificação do portfolio de serviços da Companhia, uma vez que agregou os segmentos de negócios de Operação/Manutenção Industrial, Facilities e IoT, bem como reforçou seu posicionamento no segmento de trade marketing.

Em 14/07/2020 ocorreu a homologação pelo Poder Judiciário do Plano de Recuperação Extrajudicial do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

endividamento financeiro da Companhia e de sua controlada Liq Corp.

Em 31/07/2020 se encerrou o prazo para opção pelos credores, sendo que a totalidade optou pelas séries 1ª e 3ª, cujas condições permitem a conversão das debêntures em ações da Companhia.

Em 13/08/2020 foi efetivado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia, dando início ao processo de subscrição e integralização das novas debêntures através da entrega dos títulos de dívidas anteriores da ATMA e Liq Corp.

No entanto, em 14/08/2020 foi deferido pedido de efeito suspensivo da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial a pedido de um credor.

Em 27/10/2020 foi revogado o efeito suspensivo da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial, voltando a vigorar os efeitos da referida sentença proferida em 14/07/2020. Dessa forma, a Companhia retomou o processo da 7ª emissão de debêntures para cumprimento do plano de recuperação extrajudicial, com a conclusão da troca das dívidas em 03/12/2020.

Em 21/12/2020 ocorreu a conversão de 201.871.915 debêntures da 7ª emissão em 1.210.987 ações ordinárias da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 201.992.

Em 15/03/2021, seguindo o cronograma do Plano de Recuperação Extrajudicial, ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7ª emissão em 118.542 ações ordinárias da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 19.934.

Em 15/06/2021, ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7ª emissão em 1.860.970 ações ordinárias da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 315.974.

Em 15/12/2021, ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7ª emissão em 60.914 ações ordinárias da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 10.687.

Em 2021, a Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia foi de R\$ 1.048 milhões, representando um acréscimo de 11% em relação a 2020. Em 2020, a Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia foi de R\$ 944,8 milhões, representando uma redução de 9,5% em relação a 2019. Em 2019, a Receita Operacional Líquida (ROL) da Companhia foi de R\$ 862,8 milhões, representando uma redução de 36,6% em relação a 2018.

Em 2021, o Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$ 958,9 milhões, um acréscimo de 3,4% em relação a 2020. Em 2020, o Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$ 927,7 milhões, uma redução de 8,2% em relação a 2019. Em 2019, o Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$ 1.010,0 milhões, representando uma redução de 27,5% em relação a 2018. O Resultado Bruto em 2021 foi de R\$ 89,4 milhões, com margem bruta de 8,5%, 1,8% e (17,1%) respectivamente aos períodos de 2021, 2020 e 2019.

Em 2021, o EBITDA totalizou R\$ 48,2 milhões, com margem de 4,6%, comparado ao EBITDA de R\$ (25,1) milhões, com margem EBITDA de -2,7% em 2020 e ao EBITDA de R\$ (157) milhões, com margem EBITDA de -18,2% em 2019. No ano de 2021, a Companhia registrou Prejuízo Líquido de R\$ 136,3 milhões, em comparação ao Prejuízo Líquido de R\$ 214,7 milhões em 2020 e ao Prejuízo Líquido de R\$ 422,4 milhões em 2019. Esse resultado foi uma resposta da melhora da eficiência operacional da Companhia, gerado pelas ações focadas na recuperação da receita e controle de gastos.

Por sua vez o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi um saldo positivo de R\$ 45,0 milhões em 2021, comparado a um saldo positivo de R\$ 50,4 milhões em 2020 e um saldo positivo de R\$ 16,3 milhões em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fluxo de caixa	Em R\$ milhões		
	2021	2020	2019
Caixa líquido das atividades operacionais	45,0	50,4	16,3
Caixa líquido das atividades de investimento	(6,1)	(0,9)	(6,6)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(65,8)	(51,5)	(61,6)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	0,0	(2,0)	14,3
Acréscimo (redução) líquido em caixa	(27,0)	(4,0)	(37,6)
Caixa no início do exercício	53,9	57,9	95,5
Caixa no fim do exercício	26,9	53,9	57,9

Ademais, a Companhia apresentou os seguintes indicadores:

Indicadores	Em R\$ milhões (Exceto percentuais)					
	2021	2020	2019	21 x 20	20 x 19	21 x 20
Disponibilidades	26,9	53,9	57,9	(27,0)	(4,0)	-50%
Dívida	(159,7)	(172,3)	(161,4)	12,6	10,9	-7%
Endividamento	(5,9)	(3,2)	(2,8)	(2,7)	0,4	86%
Caixa líquido permanente das (usado nas) atividades operacionais	45,0	50,4	16,3	(5,4)	(34,1)	-11%

A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de 2021 era de R\$ 26,9 milhões, apresentando redução de R\$ 27 milhões em relação a 2020.

	2021	2020	2019
Índice de liquidez geral	1,10	0,49	0,89
Índice de liquidez corrente	0,42	1,14	0,49

b) estrutura de capital

A Companhia passou por ajustes positivos e relevantes em sua estrutura de capital em 2021, concretizando as ações tomadas durante o processo de reestruturação e estabelecendo bases robustas para os novos níveis de performance da Companhia.

A conclusão do processo de Reestruturação do Endividamento Financeiro, ocorrida com a realização da 7ª Emissão de Debêntures da Companhia em substituição ao endividamento antigo, permitiu o ajuste das obrigações financeiras ao nosso negócio, com valores e prazos que permitem o crescimento saudável e o retorno adequado a todos os *stakeholders* da Companhia.

	Em R\$ milhões		
	2021	2020	2019
Dívida Curto Prazo	(83,7)	(62,4)	(124,7)
Dívida Longo Prazo	(102,9)	(109,9)	(36,7)
Caixa	26,9	53,9	57,9
Dívida Líquida	(159,7)	(118,4)	(103,5)

O processo de conversão da dívida reperfilada em capital, decorrentes das janelas de conversões previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial permitiu um reforço relevante na estrutura de capital da Companhia, que encerrou o ano com um capital social de R\$ 1.419,4 milhões e um patrimônio líquido positivo de R\$ 154,6 milhões.

	Em R\$ milhões		
	2021	2020	2019
Capital Social	1.419,4	1.072,8	620,8
Patrimônio Líquido	154,6	167,2	(165,5)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Nos últimos anos, a ATMA, após investimentos em novos negócios e redução de volume de receita, teve uma piora na sua posição de liquidez.

Tal piora foi mitigada pela conclusão do processo de Reestruturação da Dívida Financeira, ocorrida com a realização da 7ª Emissão de Debêntures da Companhia em substituição ao endividamento antigo, que pelos novos cronogramas de amortização, possui vencimentos concentrados em 2038.

São monitorados constantemente os fluxos de caixa esperados, valendo-se das Políticas de Risco e de Caixa mínimo.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de capital de giro da Companhia nos 3 últimos exercícios foi a geração de caixa e a utilização de suas disponibilidades financeiras.

A Administração da Companhia acredita que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para a sustentabilidade operacional da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e de investimentos nos próximos 12 meses.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia iniciou no 2º semestre de 2019 o processo de turnaround efetuando importantes ações de reestruturação e redução dos custos e despesas, objetivando maior eficiência e qualidade dos serviços prestados.

Adicionalmente, em 30 de dezembro de 2019 a Companhia e sua subsidiária Liq Corp S.A. ajuizaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Dívida Financeira ("Pedido") na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1000687- 91.2019.8.26.0228. Em 14 de julho de 2020, o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central de São Paulo.

A conclusão do processo de Reestruturação da Dívida Financeira, ocorrida com a realização da 7ª Emissão de Debêntures da Companhia, de 30/11/2020 a 3/12/2020, em substituição ao endividamento antigo, permitiu a adequação das obrigações financeiras ao nosso negócio, com valores e prazos que permitem o crescimento saudável e o retorno adequado a todos os *stakeholders* da Companhia.

A reestruturação do endividamento financeiro da Companhia reflete a confiança dos credores financeiros na sua capacidade operacional e abre portas para novas negociações e fontes de financiamento para capital de giro e futuros investimentos.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

O nível de endividamento consolidado da Companhia, nos últimos três exercícios foram:

	Em R\$ milhões		
	2021	2020	2019
Reconciliação do caixa líquido			
(+) Disponibilidades	26,9	53,9	57,9
(-) Debêntures	(131,9)	(113,3)	(47,6)
(-) Empréstimos e financiamentos	(54,8)	(59,0)	(113,8)
Caixa (dívida) líquido	(159,7)	(118,4)	(103,5)

As características das dívidas estão especificadas no item 10.1.g abaixo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**g) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O endividamento financeiro da Companhia e da controlada Liq Corp foi objeto de plano de recuperação extrajudicial, o qual foi protocolado em 30 de dezembro de 2019 e homologado pelo Poder Judiciário em 14 de julho de 2020. A homologação foi suspensa em 14 de agosto de 2020 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo ocorrido a revogação da suspensão e o retorno dos efeitos da homologação em 27 de outubro de 2020.

Nos termos do plano, foram emitidas novas debêntures (7ª emissão) pela ATMA Participações S.A. com 4 séries distintas que representam as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures são apresentadas no quadro adiante:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Conversível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

Em 31 de julho de 2020 se encerrou o prazo para opção pelos credores, sendo que a totalidade optou pelas séries 1ª e 3ª, que representam a possibilidade de conversão das debêntures em ações da Companhia.

Em 13 de agosto de 2020 foi efetivado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia, dando início ao processo de subscrição e integralização das novas debêntures através da entrega dos títulos de dívidas anteriores da ATMA e Liq Corp.

Em 03 de dezembro de 2020 foi concluída a troca das dívidas, momento em que as dívidas financeiras incluídas no Plano foram desreconhecidas para dar lugar à nova dívida da 7ª emissão.

O quadro a seguir apresenta a movimentação de troca das dívidas na data de conclusão em 03 de dezembro de 2020 (valores nominais em milhares de reais):

					Posição em				Posição em
Empresa	Dívida	Data de emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	30/11/2020	Dação das dívidas	IRRF	Adesão (*)	03/12/2020
ATMA	1ª Emissão - 1ª série	15/12/2011	15/08/2030	CDI + 2,50%	11.814	(10.373)	(128)	(1.312)	
ATMA	1ª Emissão - 2ª série	15/12/2011	15/08/2030	IPCA + 7,884%	6.269	(4.566)	-	(1.703)	
ATMA	2ª Emissão - 1ª série	15/08/2012	15/05/2035	CDI + 2,50%	222.987	(208.484)	(14.436)	(67)	
ATMA	3ª Emissão - série única	29/08/2014	15/08/2030	CDI + 2,50%	15.299	(13.880)	-	(1.420)	
ATMA	5ª Emissão - 1ª série	20/03/2018	15/12/2027	CDI + 2,50%	453.902	(450.408)	(1.695)	(1.798)	
ATMA	5ª Emissão - 2ª série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	148.580	(148.488)	(92)	-	
ATMA	5ª Emissão - 3ª série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	100.575	(100.575)	-	-	
ATMA	5ª Emissão - 4ª série	20/03/2018	15/08/2035	CDI + 2,50%	77.352	(77.141)	-	(211)	
ATMA	ICD - Banco do Brasil	06/12/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	98.886	(98.886)	-	-	
LIQ Corp	TCD - Santander	11/07/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	135.446	-	-	(135.446)	
ATMA	7ª Emissão - 1ª série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					111.375
ATMA	7ª Emissão - 3ª série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					1.001.455
ATMA	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					332
ATMA	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					6.151
LIQ Corp	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					13.530
LIQ Corp	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					121.916
					1.271.111	(1.112.802)	(16.352)	(141.957)	1.254.759
							Total com vencimento em 2025		125.237
							Total com vencimento em 2038		1.129.522

(*) Representam os credores abrangidos pelo plano de recuperação extrajudicial que não optaram pelas novas debêntures, contudo, aplicam-se para esse grupo de credores as mesmas condições de remuneração, vencimento, pagamento e conversibilidade previstos no plano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A composição e movimentação das debêntures no exercício de 2021 pelo valor justo está apresentada a seguir:

Empresa	Emissão	Data de Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2020	Captação	Amortização	Encargos financeiros	Ajuste a valor justo	Conversão em ações	31/12/2021
ATMA	7ª Emissão - 1ª série	13/08/2020	15/12/2025 CDI + 1,00%		66.025	0	0	10.496	4.661	-221	80.961
ATMA	7ª Emissão - 3ª série	13/08/2020	15/12/2038 TR + 1,00%		20.614	0	0	3.672	-2.702	-8.638	12.946
LIQ Corp	7ª Emissão - 1ª série	13/08/2020	15/12/2025 CDI + 1,00%		8.757	0	0	1.414	598	0	10.769
LIQ Corp	7ª Emissão - 3ª série	13/08/2020	15/12/2038 TR + 1,00%		3.082	0	0	678	-408	0	3.352
ELFE	2ª Emissão - 1ª série	04/10/2018	04/10/2022 IPCA + 12%		14.789	0	-7.390	-390	0	0	7.009
ELFE	2ª Emissão - 2ª série	30/08/2021	01/07/2024 IPCA + 12%		0	15.000	0	1.838	0	0	16.838
					113.267	15.000	-7.390	17.708	2.149	-8.859	131.875
Circulante					9.163						35.989
Não circulante					104.103						95.886

Em 15 de março de 2021 ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7ª emissão em 118.542 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 19.934, líquido de IRRF, conforme quadro adiante:

Debêntures convertidas	Debêntures quantidade	Ações ON emitidas	Aumento de capital (R\$ mil)
7ª Emissão - 1ª Série	330.119	1.978	333
7ª Emissão - 3ª Série	19.546.931	116.564	19.601
	19.877.050	118.542	19.934

Em 15 de junho de 2021 ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7ª emissão em 1.860.970 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 315.974, líquido de IRRF, conforme quadro adiante:

Debêntures convertidas	Debêntures quantidade	Ações ON emitidas	Aumento de capital (R\$ mil)
7ª Emissão - 3ª Série	314.307.149	1.860.970	315.974
	314.307.149	1.860.970	315.974

Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7ª emissão em 60.914 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 10.687, líquido de IRRF, conforme quadro adiante:

Debêntures convertidas	Debêntures quantidade	Ações ON emitidas	Aumento de capital (R\$ mil)
7ª Emissão - 3ª Série	10.594.844	60.914	10.687
	10.594.844	60.914	10.687

O quadro a seguir apresenta as informações do valor justo e do valor nominal consolidado das debêntures em 31 de dezembro de 2021, que contempla a 7ª emissão, os créditos do plano e as debêntures da controlada Elfe:

	Consolidado 31/12/2021		
	7ª emissão e créditos do plano		
	ATMA/Liq	Elfe	Total
Valor justo	108.028	23.847	131.875
Valor nominal	720.520	23.847	744.367

O valor justo das debêntures é uma estimativa dos seus fluxos de pagamento descontados a valor presente pela curva de juros CDIPré + spread de risco de crédito.

O cronograma de vencimento das debêntures e créditos do plano está apresentado a seguir:

	Consolidado 31/12/2021					
	2022	2023	2024	2025	2038	Total
Valor justo	35.988	30.702	27.164	21.722	16.299	131.875
Valor nominal	25.316	31.186	40.175	48.554	599.136	744.367

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Cláusulas restritivas (“Covenants”)**

A escritura das debêntures da 7ª emissão da Companhia contempla a obrigação de cumprimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) que são avaliados nos trimestres encerrados em junho e dezembro, sendo a primeira avaliação para o 4º trimestre de 2020. Adicionalmente, a escritura prevê que o descumprimento somente estará caracterizado desde que os índices exigidos deixem de ser observados por 2 (duas) apurações consecutivas ou 3 (três) alternadas.

Os índices previstos na escritura das debêntures da 7ª emissão são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA ex-contingências	Igual ou inferior a 3,00
EBITDA ex-contingências / Despesas financeiras, líquidas	Igual ou superior a 2,00

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Devedor / Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	Consolidado				Encargos financeiros	30/09/2021
			31/12/2020	Captações	Amortizações			
ATMA CCB Sindicalizada	2022	160% CDI	21.327	-	(16.451)		507	5.383
LIQ CORP ICD Societé	2021	CDI+1,25 a.a.	2.997	-	(2.715)		158	440
ELFE Progredir - Petrobrás	2022	2,19% a.m.	34.702	58.196	(62.389)		8.931	39.440
ATMA FINANCEIRA CCB	2022	1,46% a.m.	-	8.990	-		527	9.517
			59.026	67.186	(81.555)		10.123	54.780
Circulante			53.274					47.749
Não circulante			5.752					7.031

(*) Dívidas incluídas no Plano de Recuperação Extrajudicial executado com a emissão de debêntures da 7ª emissão

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

	Consolidado 31/12/2021		
	2022	2023	Total
Valor justo	47.749	7.031	54.780
Valor nominal	47.749	7.031	54.780

h) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nos últimos 3 exercícios a Companhia não contratou novas linhas de financiamento, e atualmente não há limites a serem utilizados.

i) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**2021 x 2020****Receita Bruta**

A receita da Companhia no 4T21 apresentou um incremento de R\$ 2 milhões em relação ao 3T21, passando de R\$ 292 milhões para R\$ 294 milhões. No acumulado do ano a receita totalizou R\$ 1.196 milhões, crescimento de 11% em relação ao ano de 2020. Esta melhora se deve ao crescimento apresentado em todas as unidades de negócio tanto, na carteira atual de clientes, como com o início de operações com novos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O segmento de Manutenção, a receita cresceu 10%, de R\$ 89 milhões no 3T21 para R\$ 98 milhões no 4T21. Parcela do crescimento deveu-se a realização de operações programadas de manutenção de plataformas de óleo e gás que estavam previstas para o período. Com relação a 2020, a receita com os serviços de Manutenção cresceram 6%, fechando 2021 em R\$ 380 milhões.

O CRM fechou o período com estabilidade na receita, variando de R\$ 166 milhões no 3T21 para R\$ 164 milhões no 4T21. No ano, a receita de CRM registrou crescimento de 21% em relação a 2020, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações com clientes dos setores Financeiro, Telecom e Transportes.

A operação de Trade Marketing apresentou crescimento de R\$ 1 milhão em sua receita, de R\$ 37 milhões no 3T21 para R\$ 38 milhões no 4T21, mostrando indícios de recuperação a partir da flexibilização das regras de restrição impostas no período da Pandemia Covid-19. No acumulado do ano, a receita desta linha de negócio permaneceu estável R\$ 179 milhões em 2021 versus R\$ 154 milhões no ano anterior.

Evolução Receita Bruta

Em R\$ milhões



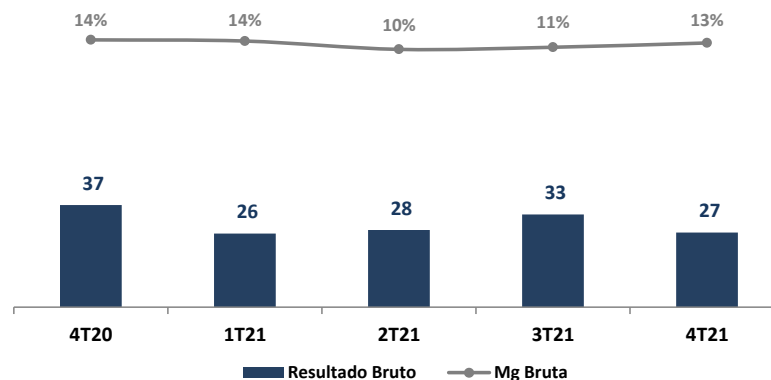
Custos

No 4T21, a Companhia manteve o bom desempenho do resultado bruto, confirmando a melhora efetiva em sua eficiência operacional.

No ano, o Resultado Bruto foi de R\$ 114,4 milhões, contra R\$ 67,1 milhões em 2020, comprovando a consistência da retomada da margem, mesmo com o aumento da receita, os custos e despesas não cresceram na mesma proporção.

Evolução Resultado Bruto e Margem

Em R\$ milhões, %



Evolução do EBITDA

O EBITDA Recorrente foi de R\$ 32,9 milhões no 4T21. No acumulado do ano o EBITDA Recorrente totalizou R\$ 134,8 milhões, 113,4% maior que em 2020, com margem de 12,9%.

A consistência no resultado foi suportada pelo aumento da demanda de serviços pelos clientes atuais, crescimento da carteira de novos clientes e captura de ganhos de escala, aliados ao contínuo processo de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

controle de custos e despesas.

Consolidado R\$ milhões	2021	2020	YoY
Receita Líquida	1.048,3	944,8	11,0%
Custo dos Serviços Prestados	(933,9)	(877,7)	6,4%
Resultado Bruto	114,4	67,1	70,6%
Gerais e Administrativas	(66,2)	(92,2)	6,2%
Efeitos Não Recorrentes *	86,5	88,3	-3,7%
EBITDA Recorrente	134,8	63,2	113,4%
Margem EBITDA Recorrente	12,9%	6,7%	6,2 p.p.

* Últimos 12 meses

O EBITDA Recorrente é ajustado pelos impactos causados pelo COVID-19 e pelo contencioso judicial extraordinário.

Estrutura de Capital

No 4T21 a alavancagem da ATMA foi de 1,2x o EBITDA Recorrente dos últimos 12 meses.

Consolidado em R\$ milhões	2021	2020	YoY
Dívida Curto Prazo	(94,4)	(62,4)	51,2%
Dívida Longo Prazo	(92,2)	(109,9)	-16,0%
Caixa	26,9	53,9	-50,1%
Dívida Líquida	(159,7)	(118,4)	34,9%
Dívida Líquida / EBITDA Recorrente (*)	1,2 x	1,9 x	-36,8%

Até o 4T21, foram convertidas em capital 538 milhões de debêntures (ATMP37), representando 43% da 7ª emissão. Desde o início das conversões em dezembro de 2020, o capital social da Companhia aumentou de R\$ 1.072,8 milhões para R\$ 1.419,4 milhões.

Consolidado em R\$ milhões	2021	2020	YoY
Capital Social	1.419,4	1.072,8	32,3%
Patrimônio Líquido	154,6	167,2	-7,5%

2020 x 2019

Receita Bruta

A Receita da Companhia no 4T20 apresentou um incremento de 15% em relação ao 3T20 e de 65% em relação ao 4T19. Esta importante melhora se deve (i) ao crescimento do *wallet share* nos principais clientes, (ii) ao início de operações com novos clientes e (iii) a retomada de operações relevantes impactadas pelas medidas restritivas da pandemia.

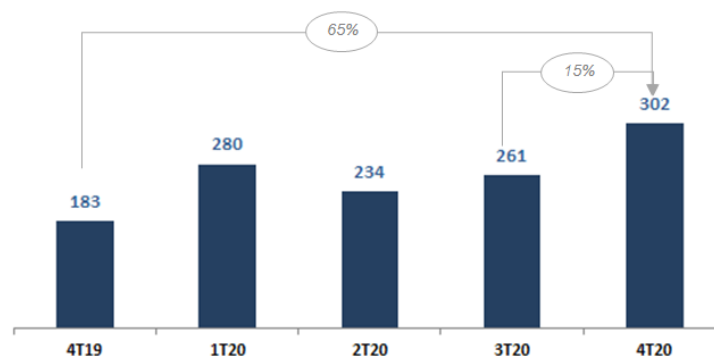
O segmento de Manutenção manteve o crescimento com a aceleração das atividades a partir do 3T20, fechando o 4T20 com R\$ 98 milhões de receita, 15% melhor que o 3T20.

A Receita do CRM também apresentou variação positiva de 15% entre o 4T20 e o 3T20, continuando com o crescimento em seus principais clientes e o início de operações de novos clientes.

Com os ajustes nas medidas de isolamento a partir do 3T20, o Trade Marketing recuperou receita em sua carteira de clientes, fechando o 4T20 R\$ 39 milhões, 22% acima do 3T20.

Evolução Receita Bruta

Em R\$ milhões, %



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos

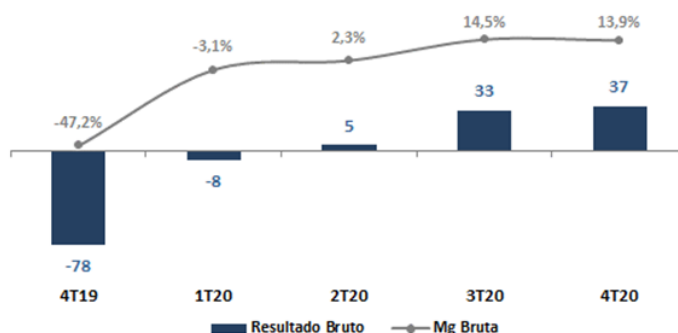
A recuperação do resultado bruto comparado ao 4T19 confirma a melhora na eficiência operacional da Companhia durante o ano de 2020.

A Companhia segue empenhada em sua estratégia de controle da eficiência operacional. A margem bruta atingiu 14% no 4T20, ainda impactada por efeitos não recorrentes advindos da pandemia COVID-19 e contingências judiciais, porém, em níveis muito mais saudáveis comparados ao 4T19, quando foi de -47%.

Os principais impactantes do custo operacional da Companhia são pessoal e infraestrutura e serviços. O aumento no custo de pessoal, que passou de 20.173 colaboradores em dezembro de 2019 para 27.973 colaboradores em dezembro de 2020, reflete o aumento da operação no período. O custo de infraestrutura foi reduzido em função da readequação da nova estrutura da Companhia e ações de eficiência e sinergia entre as empresas.

Evolução Resultado Bruto e Margem

Em R\$ milhões, %



EBITDA

Encerramos o ano com três trimestres consecutivos de resultado operacional estável, com EBITDA recorrente de R\$ 34 milhões e margem 13% no 4T20, ante um EBITDA recorrente negativo de R\$ 30 milhões no 4T19, com margem -18%. No acumulado do ano, o EBITDA recorrente foi positivo em R\$ 63 milhões, contra um EBITDA recorrente negativo em R\$ 132 milhões em 2019.

O EBITDA recorrente desconsidera o contencioso judicial extraordinário e os impactos causados pelo COVID-19, que foram relevantes a partir de março/20.

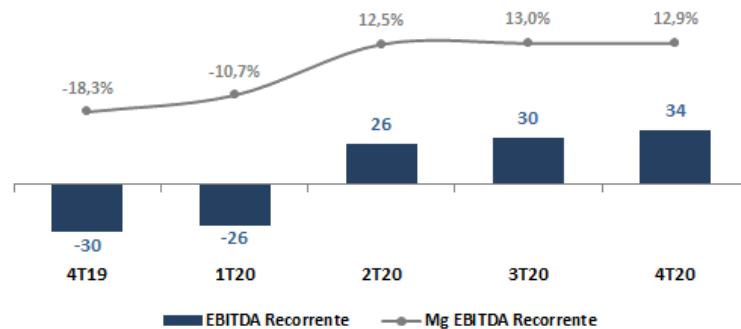
A melhora no resultado da Companhia foi suportada pelo aumento da demanda de serviços pelos clientes em todos os segmentos de atuação (Manutenção, CRM e Trade Marketing), crescimento da carteira de novos clientes, adequação da capacidade operacional ao novo nível de demanda por serviços, contínuo processo de controle de gastos, incluindo os ajustes realizados em infraestrutura e pela captura de eficiência e sinergias após a integração dos negócios da LIQ e ETS.

Consolidado R\$ milhões	4T20	3T20	4T19	QoQ	YoY
Receita Líquida	264,4	229,5	164,6	15,2%	39,5%
Custo dos Serviços Prestados	(227,6)	(196,3)	(242,3)	16,0%	-19,0%
Resultado Bruto	36,8	33,3	(77,7)	10,5%	n.m.
Gerais e Administrativas	(16,3)	(26,4)	(25,4)	-38,4%	4,1%
EBITDA	20,5	6,9	(103,0)	198,0%	n.m.
Margem EBITDA	7,8%	3,0%	-62,6%	1,6 p.p.	n.m.
Efeitos Não Recorrentes *	13,7	22,8	72,9	-40,1%	-68,7%
EBITDA Recorrente	34,2	29,7	(30,1)	15,0%	n.m.
Margem EBITDA Recorrente	12,9%	13,0%	-18,3%	0,0 p.p.	n.m.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EBITDA Recorrente e Margem

Em R\$ milhões, %



2019 x 2018

Receita Operacional Líquida

Em 2019, a Companhia registrou ROL de R\$ 862,8 milhões versus R\$ 1.360,4 milhões no ano anterior, a queda é resultado da redução na demanda por serviços dos clientes em relação aos períodos analisados.

Entretanto, no 4T19, a Receita Operacional Líquida Recorrente já se mostra estável. Adicionalmente, as ações comerciais resultaram na implantação de novos clientes, diversificando a carteira de contratantes em novos setores de mercado e portfólio de serviços.

R\$ milhões	2019	2018	2019 vs. 2018
Receita Operacional Bruta			
Serviços de Contact Center	750,1	1.292,4	-42,0%
Serviços de Trade Marketing	193,2	189,9	1,7%
Serviços de desenvolvimento de software	15,5	23,1	-32,9%
Receita Operacional Bruta	958,8	1.505,4	-36,6%
Imposto sobre vendas	(96,0)	(145,0)	-33,8%
Receita Operacional Líquida	862,8	1.360,4	-36,6%

Resultado Bruto e Custos dos Serviços Prestados

A companhia mantém o foco em iniciativas de redução dos Custos dos Serviços Prestados (CSP), encerrando 2019 com uma queda de 30,6% quando comparado ao ano anterior.

A nova gestão se concentrou na adequação (i) da capacidade operacional; (ii) da base de sites em operação, e (iii) dos contratos com todos os fornecedores, que impactou positivamente a estrutura de custos da Companhia.

Nos quadros abaixo, disponibilizamos os valores sem depreciação para composição do EBITDA.

R\$ milhões	2019	2018	2019 vs. 2018
Receita Operacional Líquida	862,8	1.360,4	-36,6%
CSP	(940,7)	(1.355,9)	-30,6%
Resultado Bruto	(77,9)	4,6	n.m.
Margem Bruta	-9,0%	0,3%	n.m.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas (SG&A), e Outras Despesas e Receita

As Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas (SG&A) em 2019 totalizaram R\$ 83,4 milhões, versus R\$ 117,9 milhões em 2018, uma queda de 29,3% no período, resultado das ações de turnaround intensificadas pela nova gestão.

Outras Despesas e Receitas Operacionais registraram um saldo positivo de R\$ 4,3 milhões em 2019, comparado a um saldo positivo de R\$ 126,1 milhões no ano anterior, em função da revisão em 2018 dos valores provisionados para o RAT (R\$ 79,8 milhões) que passou a ser considerado como de risco possível. Excluindo-se tal reversão, Outras Despesas e Receitas Operacionais registraram um saldo positivo de R\$ 46,3 milhões.

EBITDA

O EBITDA de 2019 ficou negativo em R\$ 157 milhões, com margem -18,2%, comparado a um EBITDA de R\$ 12,8 milhões com margem de 0,9% em 2018. Resultado impactado pelas ações de turnaround realizadas ao longo do 2º semestre.

A Companhia segue focada na eficiência operacional, para a retomada da lucratividade no curto/médio prazo.

R\$ milhões	2019	2018	2019 vs. 2018
Receita Operacional Líquida	862,8	1.360,4	-36,6%
Custo dos Serviços Prestados	(940,7)	(1.355,9)	-30,6%
Resultado Bruto	(77,9)	4,6	n.m.
SG&A	(83,4)	(117,9)	-29,3%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	4,3	126,1	-96,6%
EBITDA	(157,0)	12,8	n.m.
Margem EBITDA	-18,2%	0,9%	n.m.

n.m. – não mensurável

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 2021, a Companhia registrou Receita Operacional Líquida (ROL) de R\$ 1.048 milhões versus R\$ 944,8 milhões no ano anterior, o incremento é resultado das ações focadas na retomada da lucratividade da Companhia adotada a partir do final de 2019, e início de 2020.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita operacional bruta	1.196	1.077
Tributos sobre as receitas		
Pis/Cofins	(58)	(56)
CPRB	(41)	(36)
ISS	(36)	(33)
ICMS	(1)	(1)
Abatimentos da receita	(12)	(6)
Receita operacional líquida	1.048,3	944,8

Em 2020, a Companhia registrou ROL de R\$ 944,8 milhões versus R\$ 862,8 milhões no ano anterior, o incremento é resultado das ações focadas na retomada da lucratividade da Companhia.

Em 2019, a Companhia registrou ROL de R\$ 862,8 milhões versus R\$ 1.360,4 milhões no ano anterior, a queda é resultado da redução na demanda por serviços dos clientes em relação aos períodos analisados.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2021, o custo dos serviços prestados atingiu R\$ 958,9 milhões, um incremento de 3,4% em comparação a 2020. A Companhia mantém o foco em iniciativas de redução dos Custos dos Serviços Prestados (CSP), e se concentrou na adequação (i) da capacidade operacional; (ii) da base de sites em operação, e (iii) dos contratos com todos os fornecedores, que impactou positivamente sua estrutura de custos.

As Despesas Gerais e Administrativas (G&A) totalizaram R\$ 111,7 milhões em 2021, um aumento de 4,6% em relação a 2020 e o EBITDA da Companhia em 2021 foi de R\$ 48,3 milhões, comparado a R\$ (25,1) milhões reportado em 2020. Resultado impactado pelas ações de turnaround realizadas ao longo do ano.

A administração segue totalmente comprometida e confiante no potencial de longo prazo da Companhia, na capacidade de seus colaboradores e ciente de que tem todas as condições de se tornar uma das maiores plataformas de serviços da América Latina, gerando valor a todos os stakeholders.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O aumento e a diminuição do volume dos serviços demandados pelos nossos clientes afetam, de forma significativa, os nossos resultados, particularmente porque tais oscilações comprometem as taxas de utilização da capacidade instalada e as receitas.

A união das operações da Liq com a ETS proporcionou uma diversificação do portfolio de serviços da Companhia, uma vez que agregou os segmentos de negócios de Operação/Manutenção Industrial, Facilities e IoT, bem como reforçou seu posicionamento no segmento de trade marketing, criando soluções completas para os clientes através de plataformas integradas ao seu negócio principal.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A atividade da Companhia, por essência, deve estar continuamente focada em ampliar os ganhos de eficiência da operação e repassá-la em forma de precificação mais adequada para seus clientes, bem como ampliar e sustentar as margens de lucratividade do negócio. Portanto, no processo frequente de reajustes contratuais, a Companhia tende a repassar parte da inflação interna observada, que é parcialmente compensada pelos ganhos de produtividade.

Considerando essa dinâmica de reajuste e o mercado concorrencial em que atua, a Companhia tem conseguido repassar parcialmente a inflação interna observada. Essa inflação, em geral, se aproxima dos principais indicadores-referência de inflação do mercado.

Os custos e as despesas totais da Companhia (custos dos serviços prestados, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais líquidas) caíram 3% em 2021, contra uma redução de 2,0% e de 20,8% em 2020 e 2019, respectivamente. Outro fator relevante na estrutura de custos e despesas da Companhia são os gastos com pessoal (75% dos custos e despesas totais em 2021). Assim sendo, o reajuste anual de preços também tem correlação com a variação do salário mínimo, além da inflação passada. O salário mínimo sofreu aumento de 4,6%, 4,7% e 5,3% em 2019, 2020 e 2021, respectivamente. As negociações com os sindicatos, de aumento de salários e benefícios de empregados poderão impactar o negócio da Companhia, até entrar em vigor o reajuste contratual com os clientes. As negociações anuais com os sindicatos de empregados normalmente resultam em aumento de remuneração, que poderá ocorrer na forma de um aumento percentual do salário e/ou pagamento único. Esta última hipótese acarretaria por um determinado período, um efeito mais significativo sobre o fluxo de caixa.

Em geral, os reajustes contratuais são anuais também em decorrência dos períodos de reajuste de outros dos principais custos da Companhia, tais como telecomunicações e aluguel de instalações, que também sofrem reajustes periódicos. Se algum contrato com algum fornecedor relevante for reajustado, os resultados mensais serão impactados em relação ao mês anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Ao mesmo tempo em que a inflação tem sido mantida relativamente sob controle desde a implementação do Plano Real em 1994, as pressões inflacionárias têm aumentado nos últimos anos. Segundo o Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”), as taxas de inflação dos preços gerais no Brasil foram de 7,3%, 23,1% e 17,8% em 2019, 2020 e 2021, respectivamente. Segundo o IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), as taxas de inflação nos preços ao consumidor brasileiro foram de 4,3%, 4,5% e 10,2% respectivamente, em 2019, 2020 e 2021.

O risco de taxas de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos. No encerramento do exercício social de 2021, a Companhia não restringia a sua exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelecia limites entre taxas pré ou pós-fixadas. A Companhia, entretanto, monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas e para gerenciar o descasamento entre suas aplicações financeiras e dívidas. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

O endividamento da Companhia está atrelado, essencialmente, às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), à Taxa Referencial (“TR”) e ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resulte na elevação do CDI, e do IPCA, o custo do endividamento pós-fixado se eleva, mas por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado se reduz em termos relativos.

A Companhia mantém parte substancial dos saldos de caixa e equivalentes de caixa indexados à variação do CDI. As projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), em 31 de dezembro de 2021, indicavam como cenário provável em 2022: IPCA de 5,56% e CDI (% a.a.) de 11,50%.

Essa evolução se compara às variações observadas nos principais índices de juros que são referência para o mercado: (i) o CDI que é a taxa utilizada como referência para os empréstimos interbancários e debêntures: suas taxas acumuladas dos anos de 2019, 2020 e 2021 foram de 5,96%, 2,75% e 4,42%, respectivamente; e (ii) o IPCA, que é a taxa utilizada como referência para uma série das debêntures foram de 4,3%, 4,5% e 10,1% respectivamente, em 2019, 2020 e 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Com a integração das operações da LIQ e ETS, foi introduzido um novo segmento operacional conforme especificado abaixo.

Manutenção Industrial:

Com 23 anos de mercado, a Companhia possui experiência e qualidade técnica para atender todas as necessidades de infraestrutura industrial. A Companhia investe no uso intensivo de tecnologia e nos mais avançados processos de classe mundial.

Listados abaixo os principais serviços:

- Manutenção preditiva preventiva e corretiva nas especialidades de mecânica e elétrica
- Elétrica, instrumentação e automação
- Pintura industrial, monitoramento de corrosão
- Soldagem e usinagem
- Manutenção em paradas operacionais
- Montagens industriais, comissionamentos, instalação de equipamentos e acessórios
- Movimentação de cargas
- Manutenção de turbomáquinas

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 14 de outubro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia recebeu do Fundo de Investimento em Participações Nilai – Multiestratégia (“FIP Nilai”) uma proposta de integração de negócios da Companhia com a ETS Participações e Investimentos S.A. (“ETS”), a qual foi submetida à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

No âmbito da Proposta de Integração, foi estabelecido um aumento do capital social na Companhia, no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a subscrição particular pelo FIP Nilai de 20.644.095 (vinte milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 12,11 (doze reais e onze centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a serem integralizadas à vista, mediante o aporte da totalidade das ações de emissão da ETS detidas pelo FIP Nilai (“Aumento de Capital”). O Preço de emissão foi fixado com fundamento no artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei 6.404/76, com base no preço médio ponderado por volume das ações da Companhia no mercado nos 30 (trinta) pregões anteriores ao dia 11 de outubro de 2019 (inclusive).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

O Compromisso do FIP Nilai e a eficácia do Aumento de Capital ficaram condicionados, nos termos do artigo 126 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (i) à previa emissão de novas debêntures que contemplassem novas condições para a dívida financeira da Companhia e (ii) à aprovação da integração de negócios pelas autoridades de defesa da concorrência, nos termos previstos na Proposta de Integração (“Condições Suspensivas de Eficácia”).

Em 05/11/2019 a Companhia obteve a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), conforme do Ato de Concentração nº 08700.004857/2019-31, permitindo a integração de negócios entre a Companhia e a ETS.

Em 08/11/2019 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), mediante o aporte pelo FIP Nilai da totalidade das ações de emissão da ETS. A eficácia do aumento de capital permanecia na dependência da renegociação da dívida financeira da Companhia.

Em 30/12/2019 a Companhia anunciou seu Plano de Recuperação Extrajudicial para Reestruturação de seu Endividamento Financeiro. Na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva de emissão de novas debêntures pela Companhia no âmbito da renegociação de sua dívida, estabelecendo a data de 06/01/2020 como marco para a eficácia do aumento de capital e cessão das ações da ETS para a Companhia. Considerando a concessão de prazo para o exercício do direito de preferência dos antigos acionistas, o FIP Nilai passou a ser o acionista majoritário em 12/02/2020.

A união dessas operações deverá gerar valor para os acionistas por conta das sinergias operacionais e comerciais esperadas e propiciará uma diversificação do portfólio de serviços da Companhia pois agrega os segmentos de negócios de Operação/Manutenção Industrial, *Facilities* e *IoT*, bem como reforça seu posicionamento no segmento de *trade e live marketing*, oferecendo soluções completas para os clientes através de plataformas integradas ao seu negócio principal.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias. Para mais informações sobre as operações societárias da Companhia, ver item 15.7 do formulário de referência da Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

O endividamento financeiro da Companhia e da controlada Liq Corp foi objeto de plano de recuperação extrajudicial, o qual foi protocolado em 30 de dezembro de 2019 e homologado pelo Poder Judiciário em 14 de julho de 2020. A homologação foi suspensa em 14 de agosto de 2020 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo ocorrido a revogação da suspensão e o retorno dos efeitos da homologação em 27 de outubro de 2020.

Nos termos do plano, foram emitidas novas debêntures (7ª emissão) pela ATMA Participações S.A. com 4 séries distintas que representam as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures são apresentadas no quadro adiante:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Conversível em ações	Opção de alocação
1 ^a	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2 ^a	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3 ^a	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4 ^a	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

Em 31 de julho de 2020 se encerrou o prazo para opção pelos credores, sendo que a totalidade optou pelas séries 1^a e 3^a, que representam a possibilidade de conversão das debêntures em ações da Companhia.

Em 13 de agosto de 2020 foi efetivado o Instrumento Particular de Escritura da 7^a emissão de debêntures da Companhia, dando início ao processo de subscrição e integralização das novas debêntures através da entrega dos títulos de dívidas anteriores da ATMA e Liq Corp.

Em 03 de dezembro de 2020 foi concluída a troca das dívidas, momento em que as dívidas financeiras incluídas no Plano foram desreconhecidas para dar lugar à nova dívida da 7^a emissão.

Em 21 de dezembro de 2020 ocorreu a conversão de 201.871.915 debêntures da 7^a emissão em 1.210.987 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 201.992.

Em 15 de março de 2021, seguindo o cronograma do Plano de Recuperação extrajudicial, ocorreu a conversão de 19.877.050 debêntures da 7^a emissão em 118.542 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 19.934.

Em 15 de junho de 2021 ocorreu a conversão de 314.307.149 debêntures da 7^a emissão em 1.860.970 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 315.974.

Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de 10.594.844 debêntures da 7^a emissão em 60.914 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 10.687.

Até o dia 31 de dezembro de 2021 ocorreu a conversão de ações em capital no montante de R\$ 548.587 decorrente das janelas de conversões previstas no Plano de Recuperação Extrajudicial, através da conversão da 7^a emissão de debêntures em ações, sendo que o valor total da 7^a emissão de debêntures totalizava R\$ 1.254.759.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, datados em 29 de março de 2022 (exercícios de 2021 e 2020), 9 de março de 2021 (exercícios de 2020 e 2019) e 19 de março de 2020 (exercícios de 2019 e 2018) não contiveram nenhuma ressalva.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Política contábil crítica é definida como aquela que é, ao mesmo tempo, muito importante para demonstrar a condição financeira e os resultados da empresa e que requer julgamentos difíceis, subjetivos e/ou complexos por parte da administração. Normalmente, as circunstâncias que tornam esses julgamentos difíceis, subjetivos e/ou complexos têm a ver com a necessidade de realizar estimativas sobre o efeito de questões que são inerentemente incertas.

Podemos considerar que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são tema que requer julgamentos complexos, por estimativas, cuja alteração na política pode ocasionar mudanças significativas nos números apresentados nas demonstrações financeiras, já que as provisões são reconhecidas quando:

1. a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado;
2. é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e
3. possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, o disposto nas leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial**

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica

b) natureza e propósito da operação

Não se aplica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Investimentos em andamento

Os investimentos totalizaram R\$ 6,7 milhões em 2021, R\$ 1,0 milhão em 2020 e R\$ 6,6 milhões em 2019. Os investimentos realizados são destinados principalmente a aquisição de softwares e benfeitorias em imóveis.

Investimentos previstos

A Companhia segue com sua estratégia de investimento em sintonia com a gestão do capital de giro e da necessidade de atualização de seu parque tecnológico. Não há expectativa de investimentos significativos a serem realizados no exercício social de 2022.

Fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, a Companhia utiliza seu caixa e sua capacidade de geração de caixa. Entretanto, se necessário, a Companhia pode continuar a expandir suas atividades por meio de outras opções de financiamento.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve nenhum desinvestimento relevante nos últimos 3 exercícios.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não existe nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam a vir influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia que não foram amplamente divulgadas durante o período ou que afetarão os próximos anos que possam ser divulgadas atualmente.

c) novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento anteriormente divulgadas

Não há pesquisas em andamento relacionadas a novos produtos e serviços que tenham sido anteriormente divulgadas.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há pesquisas em andamento.

(iii) Projetos em desenvolvimento anteriormente divulgados

Não aplicável, pois não há o desenvolvimento de novos produtos e serviços, que tenham sido anteriormente divulgados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

O desenvolvimento de novos produtos e serviços são conduzidos normalmente por equipes que se envolvem também no acompanhamento e monitoramento das operações. Portanto, atualmente, a Companhia não tem como determinar o montante exclusivamente gasto com o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

COVID – 19

Ao final do 1º trimestre de 2020 ficou de forma clara, relevante e definitiva a nova realidade advinda do COVID-19. Nossos clientes, parceiros, fornecedores e todo nosso time de colaboradores foram e são impactados. O impacto dessa nova realidade trouxe desafios adicionais à nossa Companhia.

Na segunda quinzena de março/20, iniciou-se uma maior repercussão na atividade econômica brasileira em decorrência das medidas para contenção da disseminação da pandemia/COVID-19. Neste contexto, os resultados da Companhia foram afetados pontualmente nas linhas de serviço e/ou negócios, onde as medidas de isolamento social geraram maiores restrições à nossa logística operacional, gerando redução de operações ou reprogramação de projetos que estavam em fase de implantação.

É importante destacar que, com o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, e entendimentos das esferas Estaduais e Municipais, nossas principais operações (*CRM* e *Manutenção*) foram consideradas serviços essenciais. Tal fato gerou a estabilidade necessária para que a parte principal de nossas atividades fossem mantidas, o que nos permitiu continuar e intensificar nossos serviços e dar suporte operacional aos nossos clientes.

Os ajustes à nova realidade foram pontuais e concentrados. As atividades ligadas principalmente aos setores de Varejo (principalmente no *Trade Marketing*) foram reduzidas no 2º trimestre. Em *CRM*, a Companhia necessitou revisar todos seus processos operacionais, investir no enquadramento às novas regras de higienização e distanciamento social dentro dos *call centers*, implantação de infraestrutura para alocação de equipes em *home office*, fortalecer os sistemas de monitoramento com estrutura médica mais robusta, limpeza técnica, dentre outros.

Em *Manutenção Industrial* houve reprogramação de serviços, e aqueles que estavam em fase inicial de implantação foram postergados para o 2º segundo semestre de 2020 e 1º trimestre de 2021.

Adicionalmente, as despesas de pessoal da Companhia foram ajustadas de forma a refletir as novas condições operacionais decorrentes da pandemia, tais como reduções de jornada de trabalho, suspensão (*layoff*) de contratos, liberação de pessoas em grupos de risco, dentre outros.

Conforme portarias nº 139 de 2020 e nº 245 de 2020, os prazos de recolhimento de INSS das competências de março, abril e maio de 2020 foram prorrogados para o período entre agosto e novembro do mesmo ano. Também foram prorrogados os recolhimentos de FGTS dos mesmos períodos, conforme MP 927/2020. Para este último, houve a possibilidade de parcelamento a partir do mês julho de 2020 em até 6 parcelas, sem a incidência de atualização monetária, multa e demais encargos.

Em relação aos contratos de recebíveis firmados com clientes, não foram identificados riscos de perdas adicionais aos valores das provisões para perdas já reconhecidas. No entanto entre os meses de abril a junho, ocorreram renegociações pontuais com alguns clientes visando o alongamento dos prazos de vencimento. A Administração acompanha o tema com muita proximidade e acredita que o nível de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é adequado à condição de risco estimada para os clientes. Adicionalmente, também ocorreu uma sinalização da normalização do cenário de renegociações.

Os impactos financeiros da pandemia no ano de 2021 estão demonstrados a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Rubrica	Impacto	Valor (em milhões R\$)
Receita	Redução na receita projetada do período	(12,43)
Custos e despesas	Aumento devido aos ajustes no quadro de pessoal e custos com adaptação dos locais de trabalho	(23,21)
Caixa e equivalente	Dispêndio devido ao aumento de custos	(37,52)

A Companhia mantém acompanhamento diário de suas operações e vem adotando todas as medidas e protocolos necessários para preservar a integridade e a saúde dos seus 29 mil colaboradores e reforça seu compromisso de apoiar a sociedade brasileira por meio de suas atividades essenciais, tendo certo de que este momento de desafio será superado.